



HAL
open science

Emigração de órfãos no Século xix com passaporte obtido em Viana do Castelo

Henrique Rodrigues

► **To cite this version:**

Henrique Rodrigues. Emigração de órfãos no Século xix com passaporte obtido em Viana do Castelo. XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: congreso internacional, Sep 2010, Santiago de Compostela, Spain. pp.949-972. halshs-00530583

HAL Id: halshs-00530583

<https://shs.hal.science/halshs-00530583>

Submitted on 29 Oct 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Emigração de órfãos no Século XIX com passaporte obtido em Viana do Castelo

Henrique Rodrigues
Universidade Portucalense
Portugal

Introdução

Ao elaborarmos uma base de dados sobre emigrantes documentados com passaporte em Viana do Castelo, desde a criação dos Governos Civis, em Portugal, deparámo-nos com informações sobre aspectos da dinâmica dos ambientes domésticos de quem pretendia embarcar, quase sempre jovens «enviados» para a América Latina. Destes contextos emergem as crianças saídas de lares fragilizados por serem órfãos, expostos ou mesmo filhos ilegítimos. Para esta comunicação, onde abordámos a mobilidade de um segmento migratório, servimo-nos de fontes nominativas existentes do Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC), os *Livros de Registos de Passaportes* (LP), mas também deitámos mão a milhares de *processos* que suportam a construção da referida fonte existente no AGC, desde 1835. Daremos realce à problemática da orfandade e dos papéis do tutor perante os contextos migratórios, destacando aqui a autorização de embarque para os menores. Porque a fonte nos coloca sempre em contacto com indicadores de alfabetização, não deixaremos de proceder à análise de múltiplas variáveis onde intervém o perfil de literacia, trabalhando com níveis de assinatura, quer destes emigrantes, quer dos respectivos pais viúvos. Com os elementos recolhidos, pretendemos saber qual a distribuição destes movimentos ao longo da centúria, a origem geográfica, cartografando os dados relativos ao distrito de Viana do Castelo. Outras

variáveis, como os níveis etários, os quadros profissionais, a dicotomia rural versus urbana e os apoios e redes de solidariedade, a parentalidade e a alfabetização dos progenitores também serão aqui analisados. Por fim, retomando o essencial das observações e análises que fomos deixando ao longo do texto, faremos a conclusão. Os suportes de síntese informativa (quadros e mapa e gráficos) foram produzidos a partir das fontes anteriormente indicadas, pelo que os arrumámos no final do texto sem mais referências à fonte, pois o leitor interessado pode consultar na bibliografia citada, destacando as nossas dissertações de mestrado e de doutoramento, citadas no texto.

Autorização para embarque de órfãos

Os jovens menores e as mulheres (casadas/celibatárias), para se ausentarem documentados, deviam obter permissão dos pais, tutelares ou maridos. Para o efeito, o consentimento era declarado por escrito com assinatura reconhecida oficialmente pelo tabelião. Por vezes, a aquiescência foi inscrita em documentos com espaço livre para a escrita como: certidões de idade, alvarás de culpa, abonação, fiança militar e mesmo na correspondência familiar, cartas endereçadas do destino que ficaram arquivadas nos serviços do Governo Civil¹. Tais assinaturas eram submetidas a reconhecimento pela autoridade competente. A partir deste *corpus*, podemos descrever ambientes domésticos e conceber a rede de relações de apoio e sociabilidade onde intervinham pai ou mãe sobrevivente, avós, tios, irmãos, padrinhos, parentes, amigos emigrantes e outras pessoas responsáveis por estas crianças. A informação mais rica sobre os órfãos, além dos epistolários de onde emergem aspectos culturais de quem autorizava a saída do protegido, encontra-se nas autorizações de partida existentes nos processos de requisição de passaporte.

Os encarregados pela obtenção destes documentos são, quase sempre, os progenitores vivos, quando não estavam ausentes, por isso o pai ou a mãe, tratando-se de rapazes a quem faltava uma das células do lar. O quadro dos intervenientes em tais actos alarga-se a irmãos, tios e avós, familiares devidamente identificados e outros parentes, como já sublinhámos. Também há autorizações exaradas por padrinhos e padrastrós², que substituíam a mãe e assumiam a custódia do jovem. Na ausência destes actores, intervinha o tutor e o Juiz dos Órfãos; dos casos aqui apresentados

-
1. Ver, sobre as perspectivas migratórias emergentes destes contextos, RODRIGUES, Henrique Fernandes - *Alto Minho no século XIX; contextos migratórios, sócio-culturais e familiares, o.c.*, pp. 779-896, capítulo onde se analisa a correspondência emitida da América Latina para Portugal.
 2. Os padrastrós não exerciam o poder paterno sobre os órfãos, não tendo por isso autoridade, mas podiam administrar os bens dos enteados, como refere, Ana Isabel Marques Guedes – *Os Colégios dos Meninos Órfãos, o.c.*, pp. 32-33.

não descobrimos a existência de afinidade (parentesco) com o emigrante. Um pequeno grupo não foi obrigado a apresentar documento de permissão com tal teor, porque obteve a emancipação, o que permitia o embarque sem ingerência de outros elementos.

Dos emigrantes com protectores expressamente declarados, apenas 41,7% apresentam patrocinador, ou seja só 567 têm processo com referências directas à tutela. O quadro 1, onde cruzámos os elementos de cultura letrada do impetrante com o respectivo detentor da custódia, reúne mães com tal responsabilidade, a de educar e dar vigilância ao filho após o falecimento do marido/pai. Estas representam mais de trinta e três por cento do fluxo. O elemento masculino do lar, pais viúvos, ocupa a segunda posição. Além do grupo sem patrono, com mais de meio milhão de casos, há quatro irmãos, vinte e quatro tios, um padrinho e quinze avós, todos familiares ou parentes abonadores da viagem, dando assentimento para início do processo de mobilidade. A intervenção de padrastos, assumindo o ónus da aquisição da licença em nome da mãe viúva, é pouco relevante nestas dinâmicas. Apenas oito órfãos de pai, cujas mães refizeram o ambiente doméstico, apresentaram a autorização do padasto, que se responsabilizou pela organização da viagem, dando a respectiva permissão para o jovem atravessar o Atlântico, mas fazendo a travessia a expensas próprias, custeando todo o processo de mobilidade com a herança recebida.

Já fizemos referência aos valores de instrução e analfabetismo de quem partiu na condição de órfão, todavia a relação entre estes quadros e a existência de tutor, patente no respectivo processo, leva-nos a fazer um exercício, que consiste em observar as competências de leitura e escrita, por tipo de protector.

Quatro irmãos mais velhos intervieram em substituição do pai e/ou da mãe e, dos que saíram, só dois deixaram o nome firmado. Não podemos tirar ilações desta relação contudo, ao associarmos aqueles casos juntamente com tios e padrastos, o número anda próximo de três dúzias. Relativamente a estes valores, menos de cinquenta e seis por cento de emigrantes deram provas de terem sido escolarizados, contra pouco mais de onze relativamente aos declarados analfabetos. Neste grupo, os detentores de capacidades de ler e escrever apontam para 33,3%. Certo é o facto de estarmos perante jovens sem pai e/ou sem mãe, beneficiados de apoio de outros familiares para se ausentarem, com baixos indicadores de literacia, quando os compararmos com outros cenários.

Bem diferente é o quadro constituído por jovens sem ambos os progenitores, sendo autorizados pelo Juiz dos Órfãos, tutores ou as avós. Para os primeiros, de um total de nove indivíduos, oito rapazes eram instruídos e um iletrado. Entre aqueles que tiveram acolhimento na casa dos

avós, de um total de quinze, doze assinaram os documentos, o equivalente a oitenta em cem. Se continuamos com quantitativos reduzidos, a maioria detinha competências de leitura e escrita, mesmo no caso de estarem sob a tutela dos avós. Face ao panorama do século XIX, não é arriscado apontar para estes caso a existência de boa procedência social e cultural onde o apoio da estrutura familiar extensa foi uma realidade.

Estes três agrupamentos, onde actuam avós, Juízes de Órfãos e tutores, reúnem mais de oitenta e dois em cada cem emigrantes originários de lares onde a cultura do escrito era uma prática, pois trinta e sete firmaram o nome, contra 11,1% declaradamente iletrados, e apenas 7% nada exibiram sobre a capacidade de ler e escrever.

Os valores de analfabetismo declarado na documentação para quem tinha perdido um dos membros do lar, tendo sido autorizado a embarcar pelo pai ou pela mãe, ficam entre os dez e os doze por cento, contudo a presença dos escolarizados cresce consideravelmente. Assim temos, para os adolescentes órfãos de mãe, 58,3% de assinaturas do nome pelo próprio punho. Relativamente aos órfãos de pai sob custódia das progenitoras, 65,4% sabiam ler e escrever e contar mas, como sublinhámos, a percentagem de analfabetos é assinalável e os «não referidos» apontam para os vinte e dois por cento.

Sem tutor, por terem requerido a emancipação, apenas foram identificámos oito pessoas. Estas - tal como referimos em relação a quem estava ao cuidado do magistrado da tutela e mesmo para quem indicou tutor sem relação de parentesco - eram portadoras de um elevado nível de cultura do abecedário, tendo alguns deles o estatuto de estudantes e caixeiros. Não encontrámos o mesmo perfil relativamente a quatro centenas de alfabetizados - entre 567 sem referências directas à tutela, abonação e ou fiança - por falta do processo respectivo, por isso sem documentos processuais, o que nos abrigou a recorrer apenas aos *Livros de Registos de Passaportes*.

Por fim, a percentagem mais expressiva de ignorantes das letras emerge em relação a quem se apoiou nos próprios irmãos, como a tabela 1 patenteia. Depois seguem-se os identificados como «*não referidos*», dos quais desconhecemos o ónus da custódia.

Pela grandeza de valores absolutos, estão os protectores seguintes: padrinho, irmão/irmã, padrasto, juiz de órfãos, avô/avó, tio/tia, tutor sem relação de parentesco, pai, mãe e um bom número sem alusões a este quadro. Separados os ascendentes directos, pai e mãe, dos restantes actores, obtemos noventa e um casos, onde se incluem nove emancipados, que apresentam curador diferente dos progenitores, depois 247 sob a autoridade do pai, com quem viviam, e 454 estavam num lar com orientação da mãe viúva.

Se analisarmos os órfãos de ambos os progenitores, por um lado, e os que tinham perdido um dos ascendentes, por outro lado, podemos afirmar que, em conformidade com cada grupo e com o nível de alfabetização, os primeiros exibem um elevado índice de literacia e os segundos ficam perto da média anteriormente mencionada. Este cenário mostra-nos o perfil dos indicadores de cultura letrada entre os órfãos, jovens provenientes de lares com bons recursos e com indicadores de cultura letrada assinaláveis, especialmente em relação a quem estava entregue ao cuidado de parentes ou de elementos cujo parentesco não foi descrito.

Hipoteca de bens e emancipação

O estatuto do órfão patenteia um conjunto de procedimentos jurídicos para protecção sua protecção até à idade adulta, podendo, ao mesmo tempo, fruir da herança. Perante este cenário, alguns emigrantes dispuseram dos próprios recursos, com o objectivo de seguirem rumo à América Latina. Ao momento de impetrar o documento de saída, a lei, a partir de 1855, se o candidato à licença de viagem tivesse catorze anos ou mais, obrigava a deixar um valor pecuniário para suportar os gastos com substituto do serviço militar, caso fosse sorteado e estivesse ausente, por isso impossibilitado de dar cumprimentos a tais deveres cívicos e militares. Estes impedimentos, por vezes, eram resolvidos através da apresentação de um fiador, que assumia o ónus destes compromissos militares, subvencionando a substituição do mancebo emigrado, caso fosse sorteado.

Os documentos de fiança, geralmente organizados com apoio de familiares próximos, como o pai³ ou algum tio⁴ e até de outros parentes, deixam perceber que o jovem abandonava a casa com o compromisso de regressar a Portugal, para solucionar este problema ou para custear os respectivos encargos decorrentes do processo militar. Só encontramos documentos relativos a um caso que apresentou caução, depositando para o efeito uma quantia na Caixa Geral de Depósitos⁵, embora outros tenham

3. *A certidão de consentimento* ou a autorização dado pelos progenitores e/ou os tutores, por vezes, deixa perceber um conjunto de preocupações com o futuro dos desamparados. Neste caso, expressa claramente que pretende «(...) dar hum destino que garanta de futuro sua subsistência e modo de vida (...) envia-o para seguir a (...) carreira de negocio, a que se dedica (...)», fazendo-o com garantia de sucesso, pois o filho Manuel António da Conceição Monteiro vai para o Brasil de onde é « (...) chamado por seu irmão mais velho (...) ». Este rapaz, de doze anos, que cedo se viu sem o afecto maternal, foi para o Pará e não o voltámos a encontrar entre os impetrantes, da mesma forma como aconteceu a muitos ilegítimos e à maioria dos expostos. Ver *passaporte número 327 livro 7*, folha 164, exarado em 7 de Junho de 1859.
4. São vários os tios que receberam a custódia dos sobrinhos, uns porque os pais se encontravam no Brasil, outros porque eram emigrantes e mais facilmente estes órfãos poderiam perspectivar um futuro diferente depois da morte de um ou dos dois ascendentes.
5. Estes elementos fazem-nos crer que estamos perante jovens com bastantes recursos, além de serem originários de lares onde a cultura escrita tinha algum peso, pois várias viúvas sabiam escrever o nome. Temos uma professora que, como outras senhoras, firmou a respectiva autorização

optado por penhorar os imóveis dos quais eram proprietários. Alguns arrolaram casas urbanas,⁶ outros a «*vivenda com rocio*»⁷ e mesmo «*prédios, [e] campo que produz vinho e pão*»⁸. Os exemplos surgem devidamente escriturados em documentos oficiais e assinalam com pormenor as posses, como acontece às «*leiras da Pereira e do paul*»⁹, ou simplesmente a um campo, terrenos que produzem pão e vinho e mesmo algumas propriedades identificadas por «*quinta, campo do sobreiro*», entre outros. O movimento de dinheiro, através do tutor, também foi devidamente sublinhado, especialmente quando era necessário recorrer à venda de objectos de valor¹⁰.

Estamos, sem dúvida alguma, perante jovens com bons indicadores de ascendência e projecção sócio-económica que viram no processo migratório a fórmula capaz de proporcionar um futuro diferente, depois de perderem um ou os dois progenitores.

Se o consentimento do tutor, como vimos, era importante para o embarque dos adolescentes, não era instrumento suficiente para obter licenças, pois a autorização do Juiz dos Órfãos¹¹ continuava a

para o filho se ausentar. Ver *Processo e passaporte número 175, livro 52, folha 162*, em nome de Roberto Artur da Costa, empregado comercial de Cerveira, que perdeu o pai e embarcou aos vinte anos de idade, com passaporte expedido em 20 de Fevereiro de 1899. Também António Avelino de Santa Clara Lopes, natural de Cristóval, Melgaço, caixeiro de 15 anos, filho de D. Amélia Glória Soares Calheiros, professora primária, obteve autorização e fez hipoteca dos bens que lhe pertenciam. Ver *processo e passaporte número 302, livro 53, folha 105*, emitido em 18 de Maio de 1900.

6. Félix António de Sousa Araújo, filho de José António de Sousa Araújo e de D. Rosa Cândida Fragoso, de Valença, requereu licença aos 19 anos e deixou as «*casas altas da rua Municipal*» que recebeu depois de feito o inventário dos pais. Cf. *Processo e passaporte número 257, livro 47, folha 106v*, emitido em 3 de Abril de 1893. Outros exemplos fazem menção mais geral aos bens cativos em nome do estado, quando o embarque ocorre na faixa etária determinada pela lei.
7. Para legalizar a saída perante as autoridades militares, Elias António Pereira, órfão de pai, natural de Gondar, concelho de Vila Nova de Cerveira, deixou hipotecada a herança, constituída por «*casas, vivenda e rocio com vinha.*» Desconhecemos se estava emancipado, porém tudo leva a crer que detinha este estatuto, já que não encontramos referências à autorização que em teoria devia ser emitida pela mãe. Ver *Processo e passaporte número 502, livro 49, folha 174*, emitido em 5 de Janeiro de 1896.
8. Manuel Gomes de 19 anos, de Roussas, Melgaço, mencionado como «*lavrador*», depois de perder o ascendente masculino, apresentou, para fiança, os «*prédios*» que possuía. Cremos que estes «*prédios*» poderão ser sinónimos de casas, juntamente com um campo onde se produzia vinho e trigo, aqui identificados por pão. Cf. Ver *Processo e passaporte número 256, livro 53, folha 98*, emitido em 30 de Abril de 1900.
9. São quase sempre mancebos, todos sem de pai, detentores de bons sinais de alfabetização, os que fazem hipoteca de imóveis. Neste caso temos José Manuel Rodrigues, de 19 anos, casado, que deixa duas leiras hipotecadas para poder embarcar. Ver *Processo e passaporte número 665, livro 50, folha 11*, emitido em 19 de Junho de 1895.
10. O filho de José Joaquim Rodrigues Rocha e de D. Feliciano Martins Rodrigues Monteiro obteve autorização do *conselho de órfãos*, para movimentar dinheiro e embarcar. Além da verba de 150\$000 réis, foi aprovada a venda dos «*brincos de ouro e alfinete pertencentes a este menor por herança avaliados no valor de 6\$300 reis*» para outras despesas tidas como necessárias. Ver o já referido *Processo e passaporte número 233, livro 11, folha 35*, emitido em 10 de Setembro de 1864.
11. Francisco José da Costa Lobo, de 17 anos, filho de António José da Costa Lobo e de Luísa Maria

ser imprescindível, embora fosse contornada através do processo de emancipação, o qual não só dispensava a intervenção do tutor como permitia ao jovem a administração dos respectivos haveres¹². Raramente encontramos esta situação para o sexo o feminino, todavia há sempre a excepção: uma jovem, analfabeta, órfã de pai e mãe fez a viagem com duas irmãs, tendo-se emancipado¹³.

O apoio dado pelas mães a estes jovens detentores de capacidade financeira, usando os bens herdados do pai, raramente surge explícito. É de supor que o mancebo, ao preparar o embarque, auferisse de bom arrimo familiar, especialmente para suportar os gastos inerentes à organização do processo de aquisição de passaporte e à obtenção do bilhete para a viagem. Algumas mães tiveram o cuidado de sublinhar nos documentos que, além de anuência dada para impetrarem licença, elas próprias remuneraram as passagens¹⁴ do descendente órfão de pai.

Movimento anual por níveis de alfabetização

Ao abordarmos em pormenor o movimento, separando os emigrantes de acordo com o progenitor falecido: pai, mãe ou pai/mãe, verificam-se oscilações nos perfis qualitativos, considerando os indicadores de

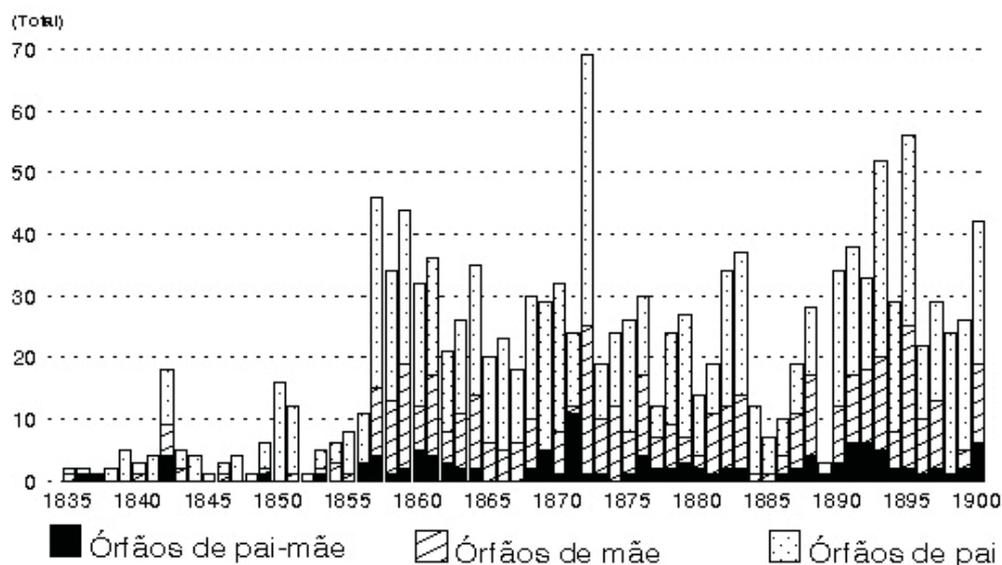
Silva, natural de Souto, Arcos de Valdevez, depois do fenecimento do pai, ficou sob a protecção do tio, João Manuel Pereira, que lhe concede a respectiva anuência, juntamente com o Juiz dos Órfãos. Outra nota, que registámos, prende-se às razões invocadas junto do magistrado, onde se regista a pretensão em «*dedicar-se ao comercio ali na companhia e sob protecção de seu primo António Da José Silva, negociante, ali estabelecido (...) que o manda ir (...)*». Ficamos a saber que fez um percurso académico, embora não haja menções expressas à profissão, o que fez, «*(...) apurando-se na escrita e na contabilidade*», para mais facilmente encontrar êxitos profissionais em terras do Brasil. Cf. *Processo e passaporte número 237*, livro 6, folha 119, emitido em 28 de Dezembro de 1857. Este, como outros exemplos, mostra bem que estamos perante projectos traçados cuidadosamente, tendo os candidatos recebido habilitações para o desempenho de actividades mais prometedoras de promoção na pirâmide social.

12. SILVA, Maria Beatriz Nizza da- *Vida Privada*, p. 43. Entre os jovens que foram para o Brasil, são vários os que optaram pela estratégia da emancipação, de forma a, juridicamente, puderem usufruir e administrar o património recebido em herança. Veja-se, a título de exemplo, *Processo e passaporte número 613*, livro 9, folha 37, emitido em 28 de Novembro de 1861, anteriormente anotado; *Processo e passaporte número 45*, livro 17, folha 15, emitido 13, de Janeiro de 1872. Outros, sem referência à administração dos imóveis e com a indicação de que a mãe contraiu de novo núpcias, como forma de evitarem a autorização, apresentam documento de emancipação. Cf., entre outros, *Processo e passaporte número 66*, livro 12, folha 67, expedido em 11 de Julho de 1868; *Processo e passaporte número 864*, livro 24, folha 63, emitido em 1 de Maio de 1874; *Processo e passaporte número 384*, livro 37, folha 168v, concedido em 10 de Junho de 1882.
13. Ver passaporte colectivo e respectivo processo, número 421, livro 9, folha 7, emitido em 12 de Abril de 1861. Trata-se de Domiciliana Monteiro, de Freixo, Ponte de Lima, de dezanove anos de idade, órfã de pai e mãe, que foi registada no passaporte de uma irmã.
14. Caetano Maria Santana, natural da vila de Melgaço, de 12 anos, filho de Maria Teresa Gomes de Sousa, sem profissão declarada, assinava com perfeição. A mãe teve o cuidado de registar que não tinha delapidado os bens do filho, bem pelo contrário proporcionou a saída sublinhando: «*vai com passagem paga à minha custa*.» Cf. AGC, *passaporte colectivo e respectivo processo, número 290*, livro 13, folha 245v, emitido a 11 de Novembro de 1869.

alfabetização, e os quantitativos dos fluxos anuais de cada um dos tipos de órfãos.

A distribuição dos totais por ano mostra, a partir da década de cinquenta, maior regularidade na emissão de licenças.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES ÓRFÃOS POR ANOS DE SAÍDA COM PASSAPORTE EMITIDO EM VIANA ENTRE 1835-1900



Fonte: Elaboração própria a partir de AGC., Livros de Registos de Passaportes e processos

Os volumes de alfabetizados, até 1850, representam um índice de oitenta e sete pontos, dos quais vinte e três foram classificados com o nível (1) um, assinaturas com elevada perfeição caligráfica. Depois deste período, observa-se uma quebra em relação aos instruídos, cujos indicadores baixam para menos de setenta e dois pontos, mas os de letra mais esmerada emergem com maiores volumes. Se os não ilustrados se impõem pelos quantitativos, também este cenário é visível para os não referenciados face à capacidade de ler, escrever e contar. Os escolarizados, juntamente com os «*não referidos*», correspondem a oitenta em cada centena, valor considerado baixo se o comparamos com o movimento até meados de oitocentos.

No concernente ao nível mais apurado da competência para escrever, o fluxo ocorrido na segunda metade da centúria exhibe a melhor representação, pois há mais de cinquenta casos, total correspondente a 73,7%, mas, de novo, ocorre um aumento de inábeis do escrito.

Temos, de 1871 a 1880, um fluxo idêntico ao anterior, relativamente a totais, havendo entre os cálculos uma diferença insignificante. Assistimos a uma quebra de números entre analfabetos e instruídos e, ao mesmo tempo, observa-se o aumento dos «*não identificados*», por serem

jovens sem passaporte individual. Em comum, nestes dois momentos, além dos totais globais e do valor obtido entre os alfabetizados e os «não referidos», posicionam-se na casa dos oitenta por cento. Se os de escrita mais perfeitos perdem alguns indivíduos, não saíram órfãos assinantes de letras disformes, próximas do analfabetismo, tendo os de nível 3 (três) uma presença insignificante nesta década.

Em relação às saídas anuais, o realce vai para o ano de 1872, se considerarmos a elevada presença de jovens instruídos, embora para cálculos respeitantes a esta fase tenham sido arrolados 45,7%. Quando chegámos ao período seguinte, o fluxo está próximo do que presenciámos para a década de cinquenta. A diferença encontra-se ao nível dos analfabetos, com maior expressão para anos oitenta, enquanto os letrados se evidenciaram maior destaque anteriormente. Uma outra nota diz respeito à diferença qualitativa entre os assinantes, pois agora, com oitenta e oito casos, temos perto de 44%, relativos ao período. Para os de letra mal formada contamos cinco elementos, número igual nos dois momentos. Registámos, ainda, a presença de analfabetos com números a perfazer cerca de vinte e dois por cento.

Para terminar a leitura por decénios, fixemos a atenção no cenário desenhado no trânsito da centúria. O movimento é superior a um quarto do fluxo, com 342 viagens. Se assistimos a uma diminuição entre analfabetos, interrogamo-nos sobre os restantes. Na verdade, os assinantes pouco passam de metade, em relação ao período em causa, quadro que se aproxima do movimento geral com um passaporte.

Constatámos a existência de um certo equilíbrio na distribuição de iletrados; as oscilações dos eruditos dependem da maior ou menor presença de emigrantes sem passaporte em nome próprio, pois não tinham obrigação de outorgar a documentação. Certo é o número de pessoas instruídas; 554 firmaram cuidadosamente, demonstrando possuir competências elevadas ao nível da escrita, e 907 detinham capacidades acima da média, tendo dado provas de saber assinar o nome e, certamente de saber ler, podendo ter conhecimento das contas.

No concernente a níveis de alfabetização, nas décadas de sessenta e noventa, há mais pessoas a exhibir bons dotes caligráficos, coincidindo com os volumes dos mesmos períodos. Face aos de assinatura vulgar, nível dois, os cálculos apresentam maiores expressões na década de cinquenta e em 1872.

Se os não letrados produzem um movimento diferente do dos colegas escolarizados, no respeitante a emigrantes sem referência às competências para a escrita, a imagem desenha um movimento diferente de todos. Pouco se assinala até aos últimos dez anos do século mas neste período eles emergem, tal como a emigração de famílias.

Quadros familiares

Os contextos familiares de onde provêm estes emigrantes e a indicação de que estamos perante um jovem que segue para a América Latina, depois de ter perdido um ou ambos os progenitores, não ficaram expressos nos *Livros de Registos de Passaportes*. Para apurarmos as múltiplas facetas do ambiente doméstico, apoios recebidos, protecção de tutores, autorização dos responsáveis, situações de coabitação com padrastos, madrastas, irmãos, tios, da consumação de segundas núpcias dos ascendentes e outros parentes colaterais que promoviam as redes de solidariedade e de apoio, bens herdados e mesmo os níveis de alfabetização dos respectivos familiares, ou ainda elementos sobre o nascimento, foi necessário reunir a documentação de cada *processo* usada para requerer o embarque.

Nesta abordagem, onde temos em observação mais de mil e trezentos casos, faremos análise, sempre que for útil, a múltiplas variáveis, conjugadas com os indicadores de alfabetização, de forma a conseguirmos extrair alguns elementos comparativos entre outros emigrantes procedentes de lares cuja estrutura familiar tinha falta de algum membro ⁽¹⁵⁾. Não deixaremos de proceder a uma análise por anos de saída, aos movimentos rurais e urbanos e focaremos com maior relevância nos naturais do Alto-Minho, embora façamos referência aos que, tendo nascido fora no Brasil ou noutra distrito e vieram a Viana do Castelo para estudar, regressaram com o estatuto de órfãos.

Começamos por observar estes movimentos de acordo com o perfil etário. Cerca de sessenta e três em cada cem emigrantes tinham perdido o pai, ou seja deste fluxo, um conjunto de 852, à data da aquisição da licença, vivia sem o progenitor). Relativamente à distribuição por sexo, era um movimento onde apenas intervinham pouco mais de dez por cento de raparigas, acompanhantes de outros familiares, sendo este valor médio idêntico aos embarques gerais.

Neste grupo não foram identificados instruídos com menos de oito anos, embora ambos os sexos estejam representados e deles nada sabemos sobre as capacidades de ler e escrever, porque são crianças sem passaporte individual, tendo viajado colectivamente. Apenas contabilizámos quinze raparigas, quando os adolescentes escolarizados do sexo masculino correspondem a mais de sessenta e seis por cada cem ausências, valor

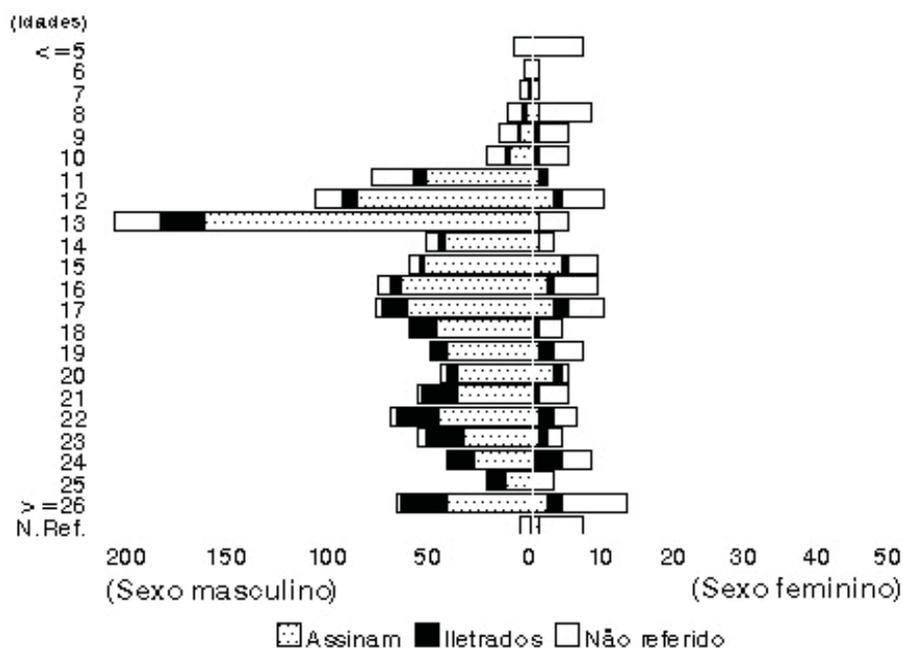
15. Referimo-nos a emigrantes ilegítimos e expostos. Sobre o assunto, ver RODRIGUES, Henrique - *Expostos no Alto-Minho no Século XIX e Contextos Migratórios, Separata de «Estudos Regionais», Vol. XXV*. Viana do Castelo: 2005. RODRIGUES, Henrique - *Dénomination des Enfants Trouvés dans le Nord-Ouest du Portugal: Le Cas des Émigrants du XIXe Siècle, tiré à part de BARDET, Jean-Pierre et BRUNET, Guy (dir.) – Noms et Destins des Sans Famille*. Paris: Pups, Maison de la Recherche, Sorbonne, 2007, pp. 361-374. Ver também a nossa comunicação ao VIII Congresso de ADEH, realizado em Ponta Delgada, Açores, Junho de 2010, «Filhos Ilegítimos Emigrados no Século XIX».

assinalável para estes emigrantes sem progenitor. Os rapazes dos onze aos treze anos, num total de 201, demarcam-se pelos quantitativos.

Entre os iletrados, não emerge o mesmo cenário, pois a liderança é assumida pelos de 22/23, juntamente com os de treze, logo seguidos pelos que tinham mais de vinte e seis anos de idade.

Em jeito de conclusão, os níveis etários de órfãos de pai, saídos para o Brasil, registam a moda de treze anos. Mas, os jovens partiam antes dos treze, ou emigravam pelos dezasseis e dezassete anos.

FIGURA 2: ÓRFÃOS POR IDADES, SEXO E ALFABETIZAÇÃO SAÍDOS COM PASSAPORTE EMITIDO EM VIANA ENTRE 1835-1900



Fonte: Elaboração própria a partir de AGC., Livros de Registos de Passaportes e processos

A figura 2 resume o movimento deste grupo por idades, sexo e alfabetização. O sexo feminino, tal como aconteceu com os varões, domina até aos treze anos, contudo o apontamento de maior destaque vai para o fluxo de pessoas sem referência à cultura escrita. É visível, em relação aos varões, a cesura operada a partir dos treze, prova de que a legislação retraía os movimentos, levando a juventude a embarcar mais cedo; um sinal da existência de capacidades económicas destes órfãos, saindo para evitar as peias decorrentes do serviço militar. Assim se explicam as tendências de obtenção de passaporte antes dos catorze, para voltar a crescer o movimento após o cumprimento dos compromissos com o exército, abandonando a terra pelos vinte e dois anos.

Origem concelhia

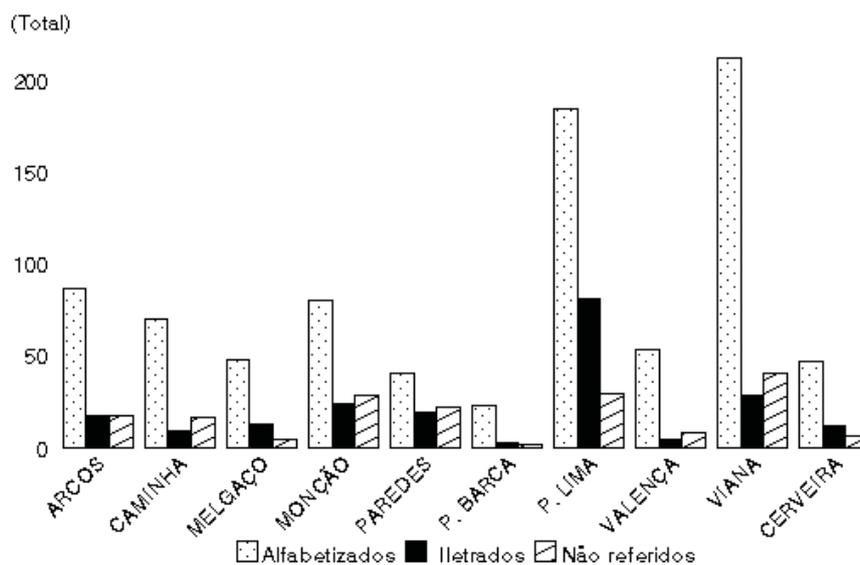
A distribuição destes jovens, por concelhos do Alto-Minho, centra-se em dois espaços com maior impacto: Viana do Castelo e Ponte de Lima, terras com mais de 46,8% relativamente ao distrito. As percentagens de emigrantes sem capacidades para assinar são mais baixas nos espaços geográficos de menor impacto, apresentando-se Valença com 6,2% e com os menores índices de iletrados, mas Viana do Castelo também emerge com indicadores reduzidos de analfabetos, seguindo-se o município de Ponte da Barca.

A cota mais elevada dos declarados inábeis corresponde a Ponte de Lima, todavia os órfãos de Monção ficam perto dos vinte e quatro por cento.

Para este distrito, quando juntamos os totais de analfabetos declarados com os de quem não sabemos qual a verdadeira situação face à cultura letrada, apurámos cerca de trinta e dois por cento, sendo os restantes escolarizados. Em relação a cada concelho, Ponte da Barca e Valença atingem valores com menor percentagem de emigrantes incapazes de firmar, embora tais autarquias apresentem números de órfãos pouco ou nada expressivos. A autarquia de Viana do Castelo contribuiu com mais de setenta e cinco emigrantes instruídos em cada cem embarques, ou seja os analfabetos declarados juntamente com os «desconhecidos» ficam aquém dos 25% dos vianenses observados. Se este panorama é risonho para as áreas referidas, não encontrámos a mesma imagem em Paredes de Coura, que apresenta variações com equilíbrio entre essas variáveis, da mesma forma em Ponte de Lima e Monção os cálculos vão para além dos trinta e sete pontos percentuais.

Na maior parte dos concelhos subsistem números inferiores ao valor médio, os 31,2% deste grupo, e só os de Paredes de Coura detêm menos de metade do fluxo indicado como instruído. Como nota final, observa-se para os emigrantes do Alto-Minho, face aos elementos referidos, um elevado grau de preparação escolarizada escola.

FIGURA 3: EMIGRANTES ÓRFÃOS POR CONCELHOS, INSTRUÇÃO E ANALFABETISMO SAÍDOS COM PASSAPORTE EMITIDO EM VIANA (1835-1900)



Fonte: Elaboração própria a partir de AGC., Livros de Registos de Passaportes e processos

Níveis de alfabetização

A análise de pormenor ao movimento de assinantes dos *Livros de Passaporte* ou outros documentos assinados pelo próprio emigrante proporcionam-nos uma observação dos elementos de natureza qualitativa, entre as várias autarquias, onde se conjugam os níveis de alfabetização, de acordo com o *ductus* respectivo. As escritas caligráficas, representadas pelo *nível um*, correspondem a um total de 506 indivíduos, os quais representam mais de sessenta por cada centena de assinaturas de naturais do Alto-Minho. Cabe à área de Viana do Castelo a maior cota, cujo valor aponta para mais de vinte e seis por cento entre estas letras mas, no próprio espaço geográfico, entre os letrados, tais cálculos importam a mais de sessenta e três pontos. Neste contexto estão os emigrantes de Viana identificados como jovens bem preparados para o exercício das actividades comerciais.

Ponte de Lima rubrica a segunda posição nos quantitativos, embora os de *nível um* correspondam a pouco mais de metade entre os instruídos, cabendo aos de uma letra *tipo dois* mais de quarenta e seis pontos.

Uma nota diferente cabe ao espaço de Monção, representado por menos indivíduos de letra harmoniosa e perfeita, cuja liderança é assumida pelos de assinatura do patamar dois. Também Paredes de Coura se inscreve neste cenário, onde metade das pessoas instruídas assinavam de forma regular e sem mestria esmerada.

Destaca-se, pela afinidade entre os níveis de alfabetização, a área de Caminha, donde saíram, entre os instruídos, mais de setenta e sete por cento de jovens bem preparados para as funções de caixeirato. Um quadro idêntico também surge em relação aos de Arcos de Valdevez, pois aqui os emigrantes que firmaram ao nível da qualidade superior figuram com 69,8%, entre os detentores de habilitações para a actividade comercial.

Alguns órfãos demonstraram possuir competências rudimentares, se considerarmos a firma sem consistência e disforme, podendo tratar-se de jovens próximos da iliteracia, embora tivessem apensado uma marca nos documentos com o respectivo punho. O total destes casos não chega aos dois em cem casos, fazendo destes órfãos um grupo residual.

Em síntese, este segmento migratório exhibe perfil diferente de outros grupos, aproximando-se de um escol, cujos indivíduos beneficiaram, maioritariamente, de preparação académica, ao contrário de outros emigrantes provenientes de lares fragilizados, como expostos e filhos ilegítimos.

Alfabetização por espaços rurais e urbanos

O perfil geográfico deste segmento migratório reúne características próprias em cada área municipal, quer se trate de aldeões, quer sejam naturais das sedes de concelho, cidade e vilas deste espaço. Nesta abordagem faremos uma análise ao movimento por aldeia, comparando o fluxo com o das sedes administrativas, aqui identificadas por espaços urbanos.

As aldeias de Ponte de Lima ostentam os maiores volumes de embarques, enquanto a cidade de Viana domina nos cálculos relativamente a cada uma das restantes vilas. Depois de Ponte de Lima e de Viana do Castelo, com os dois maiores volumes, figuram os naturais de Monção e dos Arcos de Valdevez com 110 órfãos, na primeira área, e 97 emigrantes, na segunda vila.

A Ribeira Lima, com as três autarquias referidas (Arcos, Viana e Ponte de Lima), rubrica mais de cinco centenas de indivíduos provenientes do mundo rural, correspondendo a cerca de cinquenta e seis pontos percentuais do movimento rural.

Ao olharmos para os números relativos às sedes administrativas, os dez centros municipais representam 25,4% dos embarques, com uma média por espaço urbano superior a trinta e um casos. Como tais movimentos ocorrem a partir de áreas reduzidas, devemos ter em linha de conta esta representação.

A distribuição, de acordo com os totais de partidas, não apresenta a mesma lógica hierárquica, pois o município de Caminha vem entre os três mais representados com trinta e nove órfãos oriundos desta vila da foz do rio Minho. Situação idêntica ocorre relativamente aos de Valença, posicionados na penúltima posição entre os rurais, mas ocupando o quarto lugar entre os urbanos, donde o poderemos dizer que o movimento tem um impacto urbano assinalável.

Analisar estes movimentos pelos totais pode não ser totalmente claro, provocando mesmo impressões, pois os municípios, de acordo com a respectiva população, devem ser avaliados isoladamente, para percebermos o peso de cada área e dos respectivos espaços geográficos.

O quociente relativo a Paredes de Coura indica-o como a área de mobilidade mais ruralizada, pois apenas nove indivíduos nasceram na própria sede administrativa. Depois segue-se Melgaço, onde mais de oitenta e quatro por cento são originários do campo. Também Monção assoma valores próximos destes. Devemos assentar, de novo, que a emigração de carácter urbano ronda os vinte e seis pontos, cabendo ao mundo agrícola os restantes números.

Como já sublinhámos, Valença, Caminha e Viana do Castelo são, pela mesma ordem, as terras com menor mobilidade de órfãos camponeses, fazendo delas líderes da emigração urbana.

Assim, não é ousado inferir que a relação entre órfãos rurais e urbanos tem mais impacto na zona de Monção, Melgaço e Paredes de Coura, de onde se ausentaram mais aldeãos, enquanto nos outros três municípios da Ribeira Minho, com início na fronteira de Valença, até à foz em Caminha, a que se junta Viana do Castelo, detêm maior peso no contexto de movimentos de citadinos, cabendo, por ordem crescente, a Cerveira 24,6%; Viana do Castelo apresenta 39,3%; Caminha surge com 41,1% e Valença vem no topo com 41,5% de fluxos urbanos.

Depois de termos indicado as quatro as mais importantes sedes concelhias com emigrantes urbanos e a existência de fluxos de agrários mais expressivos em Paredes de Coura, Monção e Melgaço, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, faremos uma abordagem aos contextos da cultura letrada, com as variáveis da alfabetização versus analfabetismo.

Para os instruídos provenientes das aldeias, a hierarquia de valores não se afasta dos indicadores gerais apontados. Ponte de Lima viu sair 145 camponeses instruídos, enquanto Viana do Castelo está representada por 124 escolarizados. Depois destas áreas, destacam-se os valores anunciados para Monção e de Arcos de Valdevez. Para os restantes concelhos, os letrados rurais exibem cômputos abaixo das quatro dezenas, cabendo a Ponte da Barca o valor mais parcimonioso, com uma dúzia e meia de aldeãos escolarizados.

O perfil do urbano instruído difere dos valores relativos aos de cada vila. Agora temos, pelos números absolutos, uma inversão entre Viana e Ponte de Lima, cuja liderança é assumida pela única cidade do distrito, com oitenta e oito assinantes contra trinta e nove de Ponte de Lima. Os cômputos mais reduzidos de pessoas sabedoras das vogais, vindas das sedes concelhias, cabem a Paredes de Coura e Ponte da Barca, de onde embarcaram apenas e respectivamente quatro e cinco indivíduos. Caminha encontra-se a meio da tabela entre os campestres, mas sobe para o terceiro lugar de urbanos habilitados para a leitura e a escrita.

Se observarmos exclusivamente o mundo agrário, Ponte de Lima carrega o peso dos analfabetos, enquanto a cidade de Viana do Castelo investiu nos escolarizados, como também acontece em Caminha e Cerveira, terras onde o parque escolar tinha maior dinâmica.

Em síntese, os emigrantes provenientes do mundo rural apresentam-se distribuídos heterogeneamente no distrito, havendo uma dominância dos concelhos situados entre Valença e a foz do rio Neiva, linha divisória dos distritos de Viana e Braga. Ao contrário deste quadro, as áreas do interior, como Paredes de Coura, Melgaço e Monção, exibem um perfil de

maior rusticidade, onde o analfabetismo tem mais sentido. Estes órfãos destacam-se na foz dos rios Minho e Lima, locais onde parece ser dada uma atenção diferente às crianças provenientes deste contexto familiar, quiçá por se tratar de zonas portuárias. O município de Caminha sendo uma área reduzida, apresenta um bom contributo de embarques de jovens sem pais; Um cenário diferente emerge de Ponte de Lima, terra de onde mais órfãos partiram para a América Latina, sendo o perfil marcadamente rural.

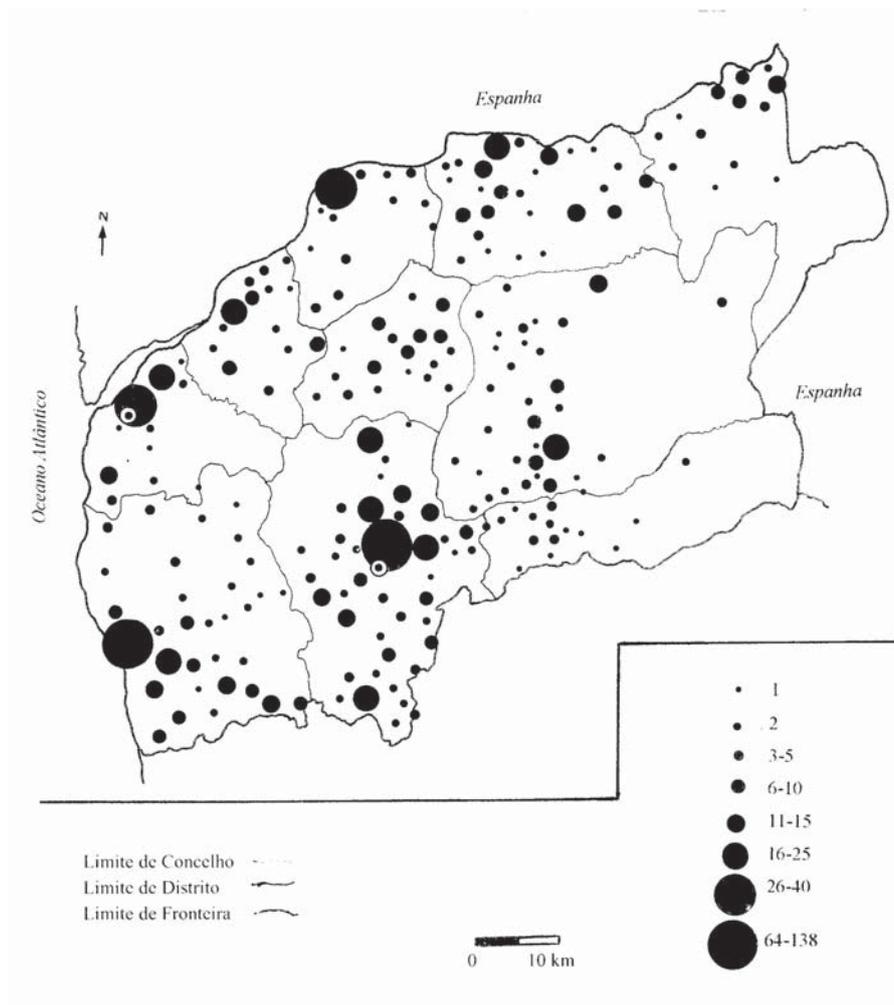
Distribuição geográfica

Para uma visão de pormenor sobre a proveniência ao nível das freguesias, fizemos a cartografia deste movimento. Pelo mapa, facilmente se constata o impacto urbano de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Caminha e Valença do Minho, como vínhamos sublinhando. Os concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Melgaço, Paredes de Coura e Monção não evidenciam grandes diferenças entre algumas aldeias e a própria vila, havendo mesmo paróquias a suplantar os cálculos destas sedes autárquicas. Em Ponte de Lima diversas terras exibem uma representação igual à vila, detendo um cenário de cobertura idêntica, mas de menor dimensão em Paredes de Coura e Ponte da Barca.

A cartografia da área de Viana do Castelo parece obedecer a uma lógica orientada entre a cidade e as freguesias de Darque e de Carvoeiro, passando pelas de Vila de Punhe e de Capareiros, terras atravessadas pela linha de comunicação rodoviária entre Viana a Braga, seguindo por Freixo, em Ponte de Lima. Além desta imagem e da zona do litoral a Sul do Lima, como Castelo de Neiva e Anha, paróquias em contacto com o mar, pouco mais parece merecer destaque nesta cartografia.

Na margem Norte do curso fluvial citado (rio Lima), o movimento pauta-se por números insignificantes. O destaque vai para a cidade de Viana, cujas freguesias urbanas associadas ultrapassam a centena de casos. Em Caminha, a aldeia de Seixas emerge deste fluxo, terra ribeirinha com dinâmica pesqueira. O mesmo é observável relativamente a Vila Praia de Âncora, destacando-se nesta área municipal. Sobre as restantes localidades deste espaço pouco há a acrescentar. O que se nos afigura de realçar é a existência de um paralelismo entre a orfandade e a actividade marítima e pesqueira das terras do litoral.

Mapa: DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES ÓRFÃOS DO ALTO-MINHO POR LOCALIDADES SAÍDOS ENTRE 1836-1900



Fonte: Elaboração própria a partir de AGC., Livros de Registos de Passaportes e processos

Vila Nova de Cerveira aparenta equilíbrio na distribuição, embora se destaquem os naturais da respectiva vila. Depois Sapardos, Sopo e Lovelhe, pela mesma ordem, aparecem nas posições subseqüentes. Se a vila de Valença apresenta quase tantos urbanos como os que vieram do campo, em Monção o quadro parece ter uma distribuição tão uniforme que dilui a imagem da urbe, pois as freguesias de Bela, Mazedo e Merufe ostentam cômputos bem destacados de emigrantes de emigrantes com este perfil, além de um grupo formado por cinco localidades com números de embarques situados entre sete e nove casos.

Melgaço é outro exemplo de onde as movimentações do espaço rural aparecem afastadas dos valores da vila, pois Cristóval suplanta aquela sede de concelho. As aldeias de Chaviães e Roussas contribuem com números idênticos aos urbanos.

Em Paredes de Coura, o leque de terras com uma representação igual espalha-se por seis freguesias e, entre elas, a própria sede de município,

mas o fenómeno distende-se do centro para a periferia, como se nota em relativamente a Monção, rareando, a partir da raia, à medida que nos aproximamos da divisão concelhia.

Nos Arcos de Valdevez, além da Gavieira e Sistelo, terras da montanha e na linha de divisão com Melgaço e com Monção, respectivamente, temos uma mancha demarcada mas rarefeita na direcção de Sul para Norte, passando pela vila, representada pelo maior volume.

Finalmente, Ponte de Lima aparece bem representada pelas aldeias, sem deixar de haver uma presença proeminente na própria sede administrativa. Em síntese, as freguesias de São Julião de Freixo e Labruja orientam a distribuição cartográfica destas ausências, numa linha que atravessa Ponte de Lima, passando por Arcozelo.

A imagem deste mapa, vista em conjunto, pode resumir-se à distribuição entre Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, formando, nesse espaço, uma área com alguma densidade. Depois surge o litoral a Sul do rio Lima e a zona da ribeira Minho, com evidência para Caminha e Seixas, perto da foz, e o aglomerado junto a Melgaço. As áreas de montanha deixaram sair menos órfãos, ao mesmo tempo os vales dos rios Labruja e Vez ganham alguma dinâmica, assim como se fazem sentir os embarques das sedes de concelho do curso fluvial que separa a Galiza (Ribeira Minho). Mas o rio Lima parece não imprimir dinâmica a este movimento migratório, pelo menos a imagem cartográfica e os números assim nos indicam.

Distribuição por sexo

Os órfãos aqui abordados, como a maior parte da emigração oitocentista, são maioritariamente do sexo do masculino ou seja, num universo de 1225 embarques do Alto-Minho, apenas há nove por cento de raparigas/donzelas; os restantes são rapazes e mancebos. O acto de presenciarmos um movimento de varões não deve inibir a elaboração de um exercício onde se examinem aspectos desta variável, como a alfabetização e a origem geográfica, embora os cálculos se aproximem dos resultados globais anunciados relativamente à origem por concelhos.

As jovens são maioritariamente oriundas de Viana do Castelo e Ponte de Lima, respectivamente com trinta e três casos na cidade e dezoito ausências da vila do Lima; depois aparecem quinze donzelas de Paredes de Coura. Refira-se, ainda, Monção e Caminha por terem, a primeira dez e a segunda nove órfãs. Das restantes áreas pouco mais se nota devido aos reduzidos valores, como anunciámos.

Há dezanove assinaturas femininas, mas as de quem não possuímos estes elementos correspondem a cinquenta e nove por cento, números resultantes da presença de crianças saídas na companhia do progenitor

ainda vivo, de irmãos ou mesmo outros parentes em passaportes de grupo. Se as iletradas dominam em Ponte de Lima, as alfabetizadas, embora sejam poucas, tomam a dianteira em Viana do Castelo, da mesma forma como acontece entre as de quem desconhecemos se sabiam ou não assinar, conjunto que também segue à frente nos totais globais.

O masculino instruído está mais implantado em Viana do Castelo, da mesma forma como Ponte de Lima ganha entre os iletrados deste sexo, com setenta e dois indivíduos. Seguem-se os de Monção, com vinte e dois emigrantes sem habilidade para firmar. A terceira posição é ocupada por Viana do Castelo com duas dezenas de analfabetos. Também deve ser registado que os escolarizados dos Arcos de Valdevez detêm, neste contexto, uma boa presença.

Como já observámos, os jovens dominam todo o movimento, originando um quadro muito próximo dos valores descritos para os totais por área municipal, por isso oferece-se apontar, como nota conclusiva, a existência de dois espaços onde a distribuição por sexos mais se destaca. Viana do Castelo comanda nos valores relativos aos instruídos de ambos os sexos; Ponte de Lima toma a dianteira quando analisamos os iletrados, quer no masculino, quer no feminino. Ao estudarmos o fluxo dos órfãos sem referência à instrução, há três concelhos; os anteriormente referidos (Viana e Ponte de Lima) e Monção com vinte/vinte e um emigrantes inseridos neste cenário, todavia as meninas ou jovens com tal perfil expressam maior dinâmica em Viana do Castelo.

Em conclusão, se de Viana do Castelo partem maiores números de pessoas escolarizadas e de Ponte de Lima mais jovens sem instrução, a mesma lógica permanece quando analisámos separadamente o masculino, predominante na vila do rio Lima, e o feminino, como já sublinhámos, destacando-se na cidade de Viana do Castelo. Além de Paredes de Coura, onde as emigrantes se fazem notar levemente, Cerveira, Melgaço, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez não viram órfãs a viajar para a América Latina.

As condições proporcionadas pela herança, origem económica e o tipo de orfandade influíram no rejuvenescimento ou envelhecimento destes movimentos de emigrantes sem um dos progenitores, sendo o órfão de pai quem mais depressa deixava a casa, usando para o embarque os bens tidos em herança.

Distribuição dos órfãos por anos de idade

Ao distribuímos estes emigrantes por idades, sexo e alfabetização, podemos observar a relação destas mesmas variáveis. Se os de jovens de 12/13 anos mantém os valores mais expressivos, os de 16/17 anos emergem com totais posicionados em terceiro lugar. Os jovens de onze e os de quinze instruídos

dividem as estruturas etárias entre quem assinou o nome. Estes rapazes eram «expulsos» de casa antes dos catorze anos, mas devido à capacidade económica, adquirida através da herança, continuavam a poder a emigrar depois desta idade. A mesma condição de órfão de pai, segundo a lei, permitia o recurso ao amparo de mãe, libertando-se assim estes mancebos do cumprimento do serviço militar, donde o poderem embarcar depois dos catorze anos.

Confirma-se, entre os analfabetos, a presença de adultos, emigrantes maiores de vinte e um anos, sinal em como os de condição económica menos favorável adiam o projecto de abandono da terra de nascença, sendo também mais notados os índices de analfabetismo entre eles.

Os órfãos destituídos de competências para comunicar pelas letras são os mais velhos, enquanto as crianças e os jovens detêm boa escolarizada. No respeitante ao feminino, escolarizadas *versus* iletradas, pouco pode ser assinalado, pois umas e outras juntas não chegam à meia centena de casos; mesmo assim, exibem um perfil mais envelhecido do que o sexo masculino.

A estrutura etária e a lógica de alfabetização associada à idade estão correlacionadas com as capacidades económicas destes órfãos; Os rapazes saíam antes do cumprimento do serviço militar, caso tivessem bens, ou depois dos vinte se houvesse dificuldades em custear despesas com o processo associado ao recrutamento militar. As crianças herdadas, provenientes de estratos sócio-culturais destacados, jovens instruídos, reuniam condições para embarcar com o perfil descrito. Mas o adolescente analfabeto, depois de perder um dos progenitores após os treze anos, vendo-se sem recursos e sem apoio familiar, só aguardava até atingir a idade de mancebo, cumpria o serviço militar e ausentava-se posteriormente ou quando estes escolhos fossem ultrapassados. Também os jovens e crianças, cujo progenitor tinha enviuvado, podiam seguir rumo à América Latina sem deixar indicadores precisos sobre a escolarização, pois emigravam na qualidade de acompanhantes do passaporte onde estavam averbados com outros familiares e, por vezes, membros do núcleo doméstico.

Conclusã

Os emigrantes órfãos, enquanto não atingissem a maioridade, beneficiavam de um conjunto de normas protectoras, decorrentes da aplicação da lei. Neste contexto, emergem vários intervenientes do processo de mobilidade, como os Juízes de Órfãos, o Conselho de Família, abonadores e fiadores. Ao emigrarem, estavam obrigados a organizar um processo completo, donde resultaram documentos carregados de mais informações, pelos elementos de natureza cultural e familiar neles constantes, proporcionando-nos uma

análise diferente de outros grupos sem pais. Muitas vezes, a mobilidade era impulsionada pelas mães após segundas núpcias, proporcionando o recurso aos próprios bens da criança.

Na assunção das responsabilidades, os intervenientes que acreditaram a saída destes indivíduos, identificados por tutores, constituem um leque pessoas onde entram familiares mais próximos e parentes, desde os respectivos cônjuges viúvos a irmãos, tios, avós, padrastos e outros protectores, cujos laços de afinidade nem sempre identificámos através dos documentos processuais. São poucos jovens os emancipados e os que apresentaram uma ligação exclusiva ao Juiz de Órfãos, pois o progenitor viúvo detinha maior preponderância no processo ao avocar o ónus da educação.

A presença de emigrantes com bens patrimoniais tem visibilidade, quando o embarque é custeado pelos próprios impetrantes, tendo deixado em hipoteca parte do património herdado, quer para efeitos de fiança, quer para subvencionar as despesas decorrentes do processo de aquisição da licença de viagem. Estes elementos são uma boa prova da origem social dos órfãos, que tinham estudado e eram donos de casas e outras propriedades.

O perfil dos quadros familiares em que estavam inseridos, à data da partida, diferencia-se relativamente a quem perdeu um dos progenitores e a quem vivia sem ambos pais. Assim, os órfãos de pai embarcavam de tenra idade, antes dos treze anos, ou adiavam a decisão da saída para os dezasseis/dezassete, de um e outro sexo.

A composição dos surtos varia ao longo do tempo e apresenta elementos de alfabetização elevados até 1850, embora os detentores de marcas de cultura letrada fiquem pelos 66,7% e os ignorantes do abecedário andem pelos dezasseis pontos percentuais. Os mais elevados cômputos são emigrantes sem progenitor, jovens instruídos, enquanto os colegas sem mãe não são autorizados a obter passaporte tão precocemente.

As emigrantes são quase inexistentes, sendo impedidas de sair porque arcavam com as lides da casa, após a morte da mãe, administrando boa parte da economia doméstica, tanto mais que as raparigas estavam dependentes da autorização do pai, enquanto fossem celibatárias.

O cenário relativo ao distrito de Viana do Castelo revela-nos preponderância do fenómeno em dois concelhos: o de Ponte de Lima e o de Viana do Castelo, cabendo os mais elevados cômputos ao primeiro e os maiores índices de cultura letrada a este último. A área de Paredes de Coura não ostenta a relevância exibida relativamente aos emigrantes ilegítimos.

O estudo dos momentos de aquisição de licença, por meses, permite asseverar que nem sempre os analfabetos acompanham o crescimento

das emissões e que no início do Outono, nos dois primeiros meses desta estação, ocorre a debandada, porém a Primavera emerge como segunda oportunidade para os órfãos, especialmente em Abril e Maio, dois momentos muito diferentes no tocante ao nível de alfabetização dos fluxos. Os detentores de competências que lhes permitiam ler e escrever impetravam os documentos em Maio e em Outubro, embora Março e Junho sejam as segundas escolhas para obtenção do passaporte, e o Inverno corresponde à estação do ano em que os letrados pouco se aventuravam fora da casa paterna. Assim, temos uma lógica orientada por dois ciclos, um de contracção e outro de expansão. Durante o período de aprendizagem do abecedário, época propícia para a retenção, embarcavam num ritmo menos intenso.

Os estudantes, evitando o processo relacionado com o serviço militar, depois de cumprido um trimestre escolar, iniciavam a viagem, deixando a escola e dando um novo rumo à vida, pois estavam preparados para iniciar a um projecto de escalada da pirâmide sócio-profissional. Começando pela actividade de caixeiro, transformavam-se em negociantes, comerciantes, proprietários e, os mais «afortunados» atingiam o estatuto de «capitalistas», após um percurso de sucessos.

Os instruídos do Alto-Minho têm no perfil a marca de uma boa cultura letrada, sendo este grupo formado por jovens cuidadosamente preparados ao nível da caligrafia. Se nas áreas do litoral eram mais evidentes estes perfis de literacia, como em Viana e Caminha, nas terras do interior, onde se destacam Monção e Paredes de Coura, com indicadores de alfabetização menos favorável. Mesmo assim, estamos perante um escol em mobilidade, quando comparamos estes emigrantes com outros colegas embarcados no mesmo período.

Quando observámos a distribuição geográfica, os oriundos no mundo rural exibem uma composição heterogénea, com preponderância nas áreas situadas entre Valença e a foz do Neiva, mas as terras do interior, como Paredes de Coura, Melgaço e Monção, ostentam maior número de rurais, onde os iletrados emergem com mais notoriedade, como se anotou.

A composição etária conjugada com os índices de alfabetização, comprova que o analfabetismo tem uma marca mais expressiva entre os adultos, enquanto os jovens se apresentam bem preparados no domínio das letras, condição para o sucesso em terras de América Latina. São, quase sempre, crianças e jovens escolarizados e detentores de recursos obtidos por herança, órfãos oriundos de contextos familiares economicamente favoráveis à preparação para o embarque.

Os quadros sócio-profissionais, classificados nesta abordagem, cobrem vários sectores, estando distribuídos por mais de trinta actividades. Os estudantes e caixeiros rivalizam com as actividades ligadas à lavoura. Aqui,

os conjuntos de mesteres urbanos ostentam uma marca social assinalável e um bom indicador de conhecimentos do abecedário. Mas os nascidos nas aldeias também contribuíram com estudantes e caixeiros, que se distinguem entre as actividades de maior presença.

O Brasil é, quase sempre, o destino apontado por estes indivíduos, sem especificarem concretamente a cidade ou o estado; depois, vem a capital como área de segunda opção. Outras terras também receberam rapazes nascidos nas vilas do Alto Minho como: Baía, Pará e o Rio de Janeiro, tendo esta cidade atraído mais de uma centena de órfãos oriundos dos centros urbanos, enquanto os camponeses optaram, depois da capital brasileira, pelos estados do Pará, São Paulo, Manaus e Baía.

Muitos destes jovens viajaram inscritos em passaportes colectivos e nem sempre assinalaram o estado de alfabetização, especialmente quem acompanhou a mãe e o resto da família nuclear. Quando os irmãos fizeram juntos as viagens, as referências aos indicadores de alfabetização ficaram, quase sempre, registadas. A emigração feminina ocorria em passaportes de grupo, sendo a progenitora a requerente dos documentos embora também encontremos raparigas em grupos fraternais.

Neste quadro onde intervêm os emigrantes oriundos de lares sem algum dos progenitores, os níveis etários e os registos de cultura letrada apontam para uma mobilidade com dois perfis: jovens instruídos e detentores de heranças, por um lado, e órfãos com menores recursos económicos, mais velhos e com indicadores de analfabetismo mais visíveis, embarcados para a América Latina após a idade de cumprir os deveres militares.